

A Atracção do Ocidente

Catherine W. Wenden

As causas que levam hoje à migração têm menos a ver com as condições no país de origem e mais com a capacidade de atracção do país de acolhimento. É por isso que as políticas de desenvolvimento não são suficientes para controlar os fluxos migratórios.

A Europa continua a ser a única grande região de imigração a fazer do fecho das fronteiras a sua doutrina migratória.

Os Estados de acolhimento ambicionam dominar, totalmente ou parcialmente, os fluxos migratórios, através das suas políticas de controlo das fronteiras. Mas, por enquanto, a pressão migratória não se esgotou. Ela persiste porque as causas da migração se mantêm: demografia e pobreza que acentuam o fosso entre ricos e pobres, violações dos direitos do homem, conflitos étnicos e desejo de mobilidade. A pressão migratória, sem ser maciça, vai permanecer.

Vários sistemas migratórios nasceram devido à interacção entre factores de atracção dos países de acolhimento («pull factor») e factores de expulsão dos países de origem («push factor»).

Através das suas políticas de imigração, umas vezes liberais, outras voluntaristas, outras ainda restritivas, os países de acolhimento geraram redes migratórias que hoje desafiam as fronteiras e criam ligações transnacionais para além das políticas estatais. A migração tornou-se, então, num processo semi-autónomo e as suas causas (pressão demográfica, pobreza, défice democrático), ou seja os factores «push», tornaram-se menos importantes do que os factores de atracção «pull», o que provoca o fracasso das políticas de co-desenvolvimento.

Se no Sul as causas da migração continuam ligadas à diferença das taxas de crescimento demográfico relativamente ao Norte e à estrutura etária mais jovem (apesar do decréscimo da fecundidade no Magrebe e na África subsaariana), não há uma correlação sistemática entre demografia, pobreza e migrações internacionais porque para emigrar têm de existir redes e recursos utilizáveis pelo candidato à partida. Regiões inteiras do mundo, pobres e fortemente povoadas, não emigram ou emigram pouco por falta de abertura para o exterior e por uma forte ligação à terra.

Inversamente, outras regiões com uma fraca demografia, urbanizadas e instruídas, poderão ver a sua população partir movida por expectativas frustradas, como acontece na Europa do Leste, onde não são as populações rurais com forte crescimento demográfico do Sul da ex-URSS que migram mas sim os habitantes das cidades do Oeste com potencial demográfico restrito.

Para o Leste, como para o Sul, as causas da migração relacionam-se menos com os países de partida e mais com as condições de vida nos países de acolhimento: um mercado do trabalho informal atractivo, prestações sociais e familiares entendidas como Estado-providência, fonte de uma cidadania social (T. H. Marshall), um clima de liberdade política e cultural. É por isso que não é diminuindo a propensão à partida nas regiões de origem, mesmo quando isso é possível, que se consegue agir sobre os fluxos migratórios de maneira significativa - nem a liberalização das trocas

nem as políticas de desenvolvimento podem provocar um efeito milagre a curto prazo.

A médio prazo, a migração inscreve-se num processo de modernização dos países em via de desenvolvimento de que faz parte a mobilidade das pessoas, pelo que, para já, não se vislumbram muitas alternativas. Perante isto, os grandes países industrializados têm uma capacidade limitada para controlar os fluxos migratórios, apesar dos esforços de integração regional e da criação de mercados livres (Euromed, União Europeia).

Prevê-se que as migrações intra-regionais diminuam (é o caso das migrações intra-europeias, apesar da abertura das fronteiras no interior da Europa dos Quinze), ao mesmo tempo que as migrações extra-regionais tentarão crescer (apesar dos sistemas de Schengen, Trevi, Dublin). Mas não se sabe quanto tempo seria necessário para, a longo prazo, fazer estancar as migrações, porque a modernização pode ainda acelerar as formas de mobilidade antes de as reduzir. Além disso, é difícil medir as expectativas que os candidatos têm à partida quanto às perspectivas de melhoramento do seu meio de origem.

Para já, a incidência do livre mercado (que não é uma alternativa para todos e pode aumentar o desemprego em importantes sectores utilizadores de mão-de-obra, como a agricultura, obrigados pela concorrência a modernizarem-se diminuindo os seus efectivos) e do comércio é relativamente fraca sobre a diminuição da pressão para a partida. O mesmo acontece com o investimento estrangeiro e a ajuda pública ao desenvolvimento, muitas vezes inferiores aos envios de divisas dos imigrados. Convém, portanto, dissociar desenvolvimento e migrações.

Face a estas incógnitas, e misturando frequentemente o curto, médio e longo prazo quando procuram uma resposta política, os países de imigração que desejam pôr fim ao estabelecimento de migrações de instalação no território mas que queriam, sem ousarem declará-lo, uma imigração temporária, receiam, ao entreabrirem as fronteiras, um crescimento migratório maior do que se ela fosse definitiva.

Embora hoje a Europa experimente o mais alto nível de sempre a nível de migrações internacionais, nomeadamente na Europa do Sul, antiga terra de emigração que se tornou região de imigração (Itália, Espanha, Grécia, Chipre, Portugal), a migração maciça não é recente e não constitui uma excepção histórica. Na Europa do Leste tudo leva a crer que a pressão migratória vai continuar a crescer nos próximos anos, porque as suas causas persistem, apesar de já não se tratar de uma imigração maioritariamente de mão-de-obra.

Outros fluxos migratórios, como o dos trabalhadores qualificados e das elites no interior da Europa, de Leste para Oeste ou de Sul para Norte, desenvolveram-se nos anos 80, ao mesmo tempo que se assistia a uma explosão dos pedidos de asilo da Europa do Leste e do Terceiro Mundo dirigidos à Europa ocidental.

Se no caso do Leste a demografia não é uma causa de migração, dado que não são os países com maior potencial demográfico que migram mas sim os que estão virados para o Ocidente, existem outros factores fortes que podem levar à partida: a existência de um mercado de trabalho que exige migrações temporárias e quadros altamente qualificados, uma diferença substancial dos salários entre Leste e Ocidente, a degradação do ambiente e por vezes das economias em transição, o crescimento do nacionalismo e das identidades étnicas, a migração de regresso às regiões de origem.

Trata-se, muitas vezes, de uma migração pendular, de circulação ou de trânsito, sobretudo nos países da Europa central e oriental (Polónia, Hungria, Bulgária, Roménia), sobrepondo-se a uma imigração de longo prazo, nomeadamente na

Rússia, onde 6,6 milhões de pessoas se instalaram, desde os anos 80, vindas dos novos Estados independentes. As migrações étnicas, como a dos finlandeses para a Finlândia ou a dos cerca de três milhões de "Aussiedler" chegados à Alemanha depois da queda do muro de Berlim (1,5 milhão ficaram na Rússia) completam este vasto quadro onde a liberdade de circulação é mais procurada do que o direito de se instalar.

Na Europa, a ideia de que o Norte ia resolver o seu défice demográfico recorrendo ao Sul não é partilhada pelos órgãos de decisão das políticas públicas, que se consideram incapazes de admitir mais imigrantes. Neste aspecto distinguem-se radicalmente dos Estados Unidos, do Canadá e da Austrália que durante muito tempo viram na imigração uma contribuição demográfica e votam todos os anos quotas de entrada.

As migrações na Europa foram essencialmente introduzidas para preencher os mercados de trabalho e tiveram algumas dificuldades para conquistar uma legitimidade na construção e no futuro dos Estados de acolhimento. No entanto, o número de admissões legais anuais na Europa é superior ao dos países de imigração tradicionais (Estados Unidos, Canadá, Austrália): assim, em 1992, em 1 930 000 entradas contavam-se 900 000 para a Europa dos Doze (incluindo pedidos de asilo) contra 750 000 para os Estados Unidos, 200 000 para o Canada e 80 000 para a Austrália. Apesar disso, a Europa continua a ser a única grande região de imigração a não praticar o sistema das quotas, quantitativo ou qualitativo, e a fazer do fecho das fronteiras a sua doutrina migratória, abrindo-as, no entanto, à liberdade de informação, de bens e de capitais.

No entanto, se se considerar a estrutura demográfica da maior parte das sociedades industriais (diminuição dos nascimentos e aumento da população idosa), a dependência dos países europeus em relação à imigração tem tendência para crescer.